

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)17 mar 2017 | O Globo | DANIELLE NOGUEIRA danielle.nogueira@oglobo.com.br

Citados por Janot, dois governadores têm crise fiscal

Rio e Minas não conseguem respeitar lei; contas públicas de PR, AL e AC estão dentro da regra

Pelo menos dois dos estados cujos governadores estão na lista de Janot aparecem entre os que apresentam os piores indicadores fiscais do país. Embora a situação fiscal não seja consequência da Lava-Jato, Rio e Minas Gerais ocupam o primeiro e o terceiro lugares, respectivamente, no ranking do limite de endividamento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Na vida real, a crise envolve salários atrasados, filas em hospitais e alunos sem aula por falta de pagamento de professores, como vem acontecendo na Uerj.

Por lei, a dívida dos estados não pode superar 200% de sua receita. O Rio, governador por Luiz Fernando Pezão (PMDB), fechou o ano de 2016 com a relação entre endividamento e receita de 232%. No ranking, é seguido por Rio Grande de Sul (212,9%) — cujo governador não aparece na lista — e Minas Gerais (203,1%), que tem o petista Fernando Pimentel à frente. Os demais governadores citados são Beto Richa (PSDB-PR), Renan Filho (PMDB-AL) e Tião Viana (PTAC). Os três estados têm situação fiscal mais confortável.

Esse indicador é importante porque, caso o limite seja ultrapassado, os estados ficam proibidos de tomar novos empréstimos, comprometendo sua capacidade de investimento, por exemplo. No seu cálculo são consideradas a chamada dívida conceita solidada líquida — ou tudo o que o estado deve menos o que tem em caixa e outros recursos, como aplicações financeiras — e a receita corrente líquida. Essa, basicamente, é a arrecadação com tributos e repasses, menos deduções previstas em lei, como transferências constitucionais.

Tradicionalmente, os estados de Sul e Sudeste têm dívidas maiores, o que não é necessariamente um problema, uma vez que têm economias mais fortes. A partir de 2014, porém, os estados de, forma geral, tiveram queda de receita, com a crise econômica. Fatores estruturais fizeram que Rio e Minas Gerais tivessem um baque maior na arrecadação. MAQUIAGEM NAS CONTAS — São estados que têm suas economias atreladas a setores exportadores como mineração e siderurgia, no caso de Minas Gerais, e de petróleo, no Rio. Com a queda nos preços, eles tiveram perda de receita. No Rio, isso foi agravado ainda mais com a crise da Petrobras e seus fornecedores (a partir da Operação Lava-Jato) — explica Rodrigo Orair, do Ipea.

No Rio, o ritmo das despesas não acompanhou a queda na arrecadação com royalties do petróleo e com ICMS. Pelo contrário. A rigidez orçamentária — seja pelos reajustes dos salários dos servidores ou pelas destinações de recursos à saúde e educação previstas em Constituição — e o aumento da demanda dos serviços públicos em meio à crise fizeram os gastos crescerem.

Em 2015, a relação dívida/re-

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)